

OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES E TRADIÇÕES SOCIETAIS SECULARES: O (RE)CONSTRUIR DA CIDADANIA A PARTIR DO ESPAÇO LOCAL

THE IMPACTS OF GLOBALIZATION ON INSTITUTIONS AND SOCIAL SECULAR TRADITIONS: THE CITIZENSHIP (RE)BUILDING THE FROM THE LOCAL AREA

*Rogério Gesta Leal¹
Bruna Schlindwein Zeni²*

Resumo: A globalização, cujos impactos afetaram as instituições e tradições sociais seculares, é vendida como um fenômeno que anula as fronteiras, onde o exercício da cidadania é global. Milton Santos não a vê desse modo. Para ele, é um fenômeno totalitário, perverso, sustentado por dois pilares: informação (maquiada) e dinheiro (das empresas hegemônicas). Nesse cenário, os lugares tornam-se manifestações particulares da totalidade-mundo. Local e global se interpenetram e o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo. Ocorre que o mundo não tem como regular os lugares. Desse modo, a cidadania global torna-se um voto condicionado às realidades nacionais. Assim, somente pensando localmente e agindo globalmente é que poderemos atingir a cidadania plena, primeiro passo para a construção de uma cidadania global.

Palavras-chave: Cidadania. Espaço Local. Globalitarismo. Globalização.

Abstract: The globalization, whose impacts have affected the institutions and social secular traditions, its sold as a phenomena that annuls the frontiers, where the citizenship exercise is global. Milton Santos does not see that way. To him, it's a totalitarian phenomena, perverse, sustained by two pillars: information (disguised) and money (of the hegemonic companies). In this scenario, the locations become private manifestations of the world-totally. Local and global interpenetrate each other and the citizen of the local intends to become a world citizen. Occurs that the world does not have how to control the locations. By that, the global citizenship becomes a promise conditioned to the national realities. Therefore, only thinking locally and acting globally is that we can achieve the fully citizenship, first step to the construction of a global citizenship.

Keywords: Citizenship. Local Area. Globalitarismo. Globalization.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O termo globalização designa a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que vêm ocorrendo no mundo nos últimos vinte anos. A globalização caracteriza-se pelo fim da guerra fria e da bipolaridade entre EUA e URSS, pelo surgimento de novos movimentos sociais – de mulheres, ecológicos, étnicos, etc. –, descentralização da produção, desterritorialização de empresas multinacionais e o nascimento de uma sociedade civil mundial e de uma cidadania planetária.³ Ela se expressa na difusão de padrões transnacionais de

¹ Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Direito pela UFSC. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Professor titular da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor Visitante da Università Túlio Ascarelli – Roma Trè, Universidad de La Coruña – Espanha, e Universidad de Buenos Aires. Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – ENFAM. Membro da Rede de Direitos Fundamentais – REDIR, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Brasília. Coordenador Científico do Núcleo de Pesquisa Judiciária da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – ENFAM, Brasília. E-mail: rgleal@tj.rs.gov.br.

² Mestranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante dos Grupos de Pesquisa Estado, Administração Pública e Sociedade, O Contrato de Parceria Público-Privada num Constitucionalismo Contemporâneo e Direito, Cidadania e Políticas Públicas, todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado, da UNISC. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIÚF. E-mail: brunaszeni@yahoo.com.br.

³ VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 71.

organização econômica e social, de consumo e de pensamento, resultantes “das pressões competitivas do mercado, das experiências políticas ou administrativas, da amplitude das comunicações ou da similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio.”⁴ Trata-se de um processo de caráter multifacetado e contraditório, visto por Milton Santos como totalitário e perverso, sustentado por fábulas alicerçadas no dinheiro e na informação.

Esse globalitarismo perverso e suas fábulas, bem como a importância do lugar para a (re)construção da cidadania são objeto de estudo desse artigo. Assim, inicialmente serão contextualizados os impactos causados pelo fenômeno da globalização nas instituições e nas tradições seculares para, em seguida, abordarmos os globalitarismos, as perversidades e as fábulas que o sustentam. Ao final, demonstrar-se-á a importância do espaço local para a construção de uma cidadania plena local, primeiro alicerce para a cidadania global.

A política, mesmo com tal fenômeno, continua sendo um assunto essencialmente local

e uma vez que a linguagem da política é a única em que podemos falar de curas e remédios para as misérias e preocupações comuns, a tendência natural da classe política é buscar explicações e tratamento numa área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana.⁵

Precisamos povoar seus espaços, iniciando pelo lugar em que vivemos: o município.

1 OS IMPACTOS QUE O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO TEM CAUSADO EM INSTITUIÇÕES E TRADIÇÕES SOCIETAIS SECULARES: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Bauman⁶, em suas reflexões sobre a ideia de Estado-Nação e sua fragilidade em face do chamado fenômeno da globalização, reconhece que, historicamente, a política social dos Estados-Nação tem se baseado na crença de que as nações, e dentro delas as cidades, podiam controlar suas riquezas. Todavia, a economia – o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido demais; rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter e redirecionar suas viagens.

Neste caso, pelo menos, a redução do tempo de viagem a zero produz uma nova qualidade: uma total *superação da gravidade*. O que quer que se mova a uma velocidade aproximada à do sinal eletrônico é praticamente livre de restrições relacionadas ao território de onde partiu, ao qual se dirige ou que atravessa.

A influência crescente das organizações supranacionais – ditas planetárias – teve por efeito acelerar a exclusão das áreas fracas e criar novos canais para a alocação de recursos, retirados, pelo menos em parte, ao controle dos vários Estados nacionais.

⁴ VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 74.

⁵ BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 57.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. Depois da nação-estado, o quê? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Uma vez que as nações-estado continuam sendo as tradicionais estruturas para um balanço e as únicas fontes de iniciativa política efetiva, a transnacionalidade das forças erosivas coloca-as fora do reino da ação deliberada, proposital e potencialmente racional.

A imagem da desordem global reflete, neste cenário, a nova consciência (facilitada, mas não necessariamente causada pela morte súbita da política de blocos) da natureza essencialmente elementar e contingente das coisas que anteriormente pareciam tão firmemente controladas ou pelo menos tecnicamente controláveis.

O significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais, a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo, como quer Bauman, que chega a radicalizar sua avaliação ao dizer que:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as megaempresas. [...] Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles.⁷

Uma vez em que as fronteiras se tornaram permeáveis (de maneira altamente seletiva, com certeza), as soberanias tornaram-se nominais, o poder anônimo e o lugar, vazios. Ainda estamos bem longe do destino final; o processo continua - aparentemente de forma inexorável. O padrão dominante pode ser descrito como afrouxamento dos freios: desregulamentação, liberalização, flexibilidade, fluidez crescente e facilitação das transações nos mercados financeiros, imobiliário e trabalhista, alívio da carga tributária, etc.

Afigura-se, pois, também nefasta esta onda globalizante de mercados fundamentalmente, eis que as quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num *must* pela globalização dos mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. O que é opção livre para alguns, abate-se sobre outros como destino cruel, e mais, esses outros tendem a aumentar incessantemente em número e afundar cada vez mais no desespero, fruto de uma existência sem perspectiva.

2 A GLOBALIZAÇÃO COMO GLOBALITARISMO

Globalitarismo é a caracterização atribuída à globalização por Milton Santos. Trata-se de uma associação de globalização - “processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural”⁸ -, e totalitarismo - “doutrina ou regime ditatorial”⁹ -, a fim de “chamar a atenção para o fato de que

⁷ BAUMAN, Zygmunt. Depois da nação-estado, o quê? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 74.

⁸ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 221.

⁹ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 434.

a atual globalização exclui a democracia.”¹⁰ Para ele, “a globalização é, ela própria, um sistema totalitário”¹¹ imposto pela competitividade que “tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar.”¹²

A guerra como norma

justifica os individualismos arrematadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas).¹³

Tal competitividade nos impõe o reino do fugaz, promotor de uma enorme ignorância que favorece nossa submissão as normas que nos são impostas. Somos conduzidos a matematizar nossa existência, confiar em pesquisas que atuam como formadoras de opinião, levando ao empobrecimento de ideias e a morte da política. Isto porque “o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário.”¹⁴

Competitividade não é concorrer. A concorrência pode ser saudável na medida em que, na batalha entre agentes para melhor empreender uma tarefa comum e obter melhores resultados finais, haja respeito a certas regras de convivência.¹⁵ A competitividade é um convite ao exercício da violência, pois sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais.¹⁶

A competitividade é responsável por comandar nossas formas de ação, enquanto que o consumo comanda nossas formas de inação, representando o ópio do povo. “O poder do consumo é contagiante e a sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados.”¹⁷ A glorificação do consumo resulta numa diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que constitui um dos alicerces da cidadania. “Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui para o aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos.”¹⁸

¹⁰ SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11.

¹¹ SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11.

¹² SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 46.

¹³ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 46-47.

¹⁴ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 61.

¹⁵ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 57.

¹⁶ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 57.

¹⁷ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 34.

¹⁸ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 35.

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem o produto - e esse é um dado essencial para a compreensão do consumo. Daí o império da informação e da publicidade.¹⁹ Para Milton Santos, todas as coisas no comércio tem a seguinte composição: “publicidade + materialidade; publicidade + serviços”²⁰, uma maneira de organizar o consumo para, na sequência, permitir a organização da produção.²¹

Desse modo, vivemos cercados, por todos os lados, por esse sistema ideológico tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados. Esse consumo ideologizado e essa informação ideologizada acabam por ser o motor de ações públicas e privadas. [...]. O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio de seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente.

O consumismo e a competitividade levam ao desfalecimento moral e intelectual da pessoa, a redução da personalidade e da visão do mundo, convidando a esquecer da oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.²²

Totalitarismos acontecem na esfera do trabalho, escorrem para a esfera política e das relações interpessoais, invadindo o mundo acadêmico.²³

Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo.²⁴

Esse totalitarismo nos convida a fazer coisas bem feitas, ordenadas. “É a consideração simplória da técnica como absoluto, como norma [...], levando à propensão de utilizar um mandamento técnico como se fosse um mandamento político, cultural, moral, religioso. É o fim da crítica e da autocrítica.”²⁵ Em face dos mecanismos da globalização criam-se novos valores, uma nova ética a ser seguida por todos, onde os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade são a mentira, que leva o nome de segredo de marca, o

¹⁹ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p.48

²⁰ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 48-49.

²¹ SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 48-49.

²² SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 49.

²³ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 54.

²⁴ SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 12.

²⁵ SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-12.

engodo, com o nome de *marketing* e, ainda, a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia.²⁶

Na esfera da sociabilidade, os indivíduos dão adeus a solidariedade, a generosidade e a emoção, pois “levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista.”²⁷ Os indivíduos, assim, acabam por constituir o outro como coisa e os comportamentos que justificam todo o desrespeito às pessoas tornam-se, então, uma das bases da sociabilidade atual.

3 FÁBULAS E PERVERSIDADES DA GLOBALIZAÇÃO

Além de totalitária, recheada de padrões a serem seguidos, a globalização é uma fábula, sem a qual não se mantém. Esse mundo visto como fábula erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Já a perversidade, representa o mundo como ele é. “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.”²⁸

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma autorreferência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade.²⁹

Quando nos falamos sobre “aldeia global”, queremos nos passar a ideia de que todos sabem tudo o que se passa no mundo.³⁰ Entretanto, o “evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos.”³¹ A informação veiculada pela mídia sobre o que acontece é uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos. Não bastasse isso, há uma distribuição desigual de informação. A distância geográfica é duplicada pela distância política. Estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para se atingir as fontes e os agentes de poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado.

A informação é um aspecto deste desnudamento da periferia: a aglomeração de São Paulo, capital de um estado moderno, representa por si só 92% da venda de jornais e revistas do Estado, cuja população é geralmente

²⁶ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 61.

²⁷ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 54.

²⁸ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 18.

²⁹ SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 168.

³⁰ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 13.

³¹ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 40.

bem-dotada do ponto vista econômico, se comparado com o resto do Brasil. A cidade grande acaba por deter o monopólio da informação

[...]

O grande número de iletrados desfavorece a periferia, do ponto de vista da informação econômica e política. Na cidade, as informações são quase sempre deformadas pelos meios de comunicação de massa, mas os contatos entre as diferentes redes informativas são maiores e, por isso, a percepção das desigualdades é mais aguda.

Por conseguinte, a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. [...] Quanto mais longe dos centros do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz.

[...]

À seletividade espacial da produção de bens manufaturados e ao monopólio dos principais serviços das grandes cidades opõe-se uma difusão seletiva da informação, que tende a criar um desejo de consumir, uma nova necessidade de satisfazer, mesmo na ausência dos meios precisos.³²

Esse, mais o mito do encurtamento das distâncias (para aqueles que podem viajar), difunde outro mito, o do espaço e tempo contraídos devido à velocidade.³³ “Só que velocidade está ao alcance de um número limitado de pessoas, de forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo.”³⁴ Para comprovar essa afirmação, seguem alguns dados apresentados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acerca do acesso do brasileiro a algumas tecnologias redutoras de distâncias: em nosso país, no ano de 2008, 21,43 a cada 100 habitantes tinham linhas telefônicas em suas casas³⁵, enquanto que 78,47 a cada 100 habitantes eram assinantes de telefonia celular³⁶. O computador, no ano de 2005, era possuído por apenas 16,09 a cada 100 habitantes³⁷. Em 2008, 35,51 a cada 100 habitantes tinham acesso a internet. Como o dado não diz onde se dava esse acesso, podemos considerá-lo de várias formas, como por exemplo, em casa, em *lan houses*, na escola, na casa de amigos, etc.

“Aldeia global”, “tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização de um sonho de um mundo só”³⁸, com uma humanidade desterritorializada, “já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido

³² SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 92-93.

³³ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 41.

³⁴ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 41.

³⁵ Informação constante no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010. Fonte: ICT Statistics Database. Country data by region. 2. Basic indicators: Main telephone lines, subscribers per 100 people. Geneva: International Telecommunication Union, 2008. Acesso em: jul. 2009.

³⁶ Informação constante no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010. Fonte: ICT Statistics Database. Country data by region. 3. Basic indicators: Mobile cellular, subscribers per 100 people. Geneva: International Telecommunication Union, 2008. Acesso em: jul. 2009.

³⁷ Informação constante no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010. Fonte: Free statistics. By Country. Mobile cellular, subscribers per 100 people. Geneva: International Telecommunication Union, 2007 tab 4.

³⁸ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 41.

esgarçadas.”³⁹ Esse “mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.”⁴⁰

Fala-se insistentemente na morte do Estado, “mas o que vemos é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.”⁴¹ Apesar das fronteiras terem desfalecido como imperativo da globalização, permitindo a existência de uma cidadania universal, cosmopolita, elas nunca estiveram tão vivas,⁴² “na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de toná-las efetivas dentro de um território.”⁴³ Além do mais, outro indício de que o Estado continua forte é o fato de que nem as empresas transnacionais e as instituições supranacionais não são capazes de impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica.⁴⁴

Existem ainda outros ingredientes que alimentam o mundo como fábula, entre os quais a politização de estatísticas, começando pela forma pela qual é feita a comparação de riquezas entre as nações. Para Milton Santos, o Produto Nacional Bruto é “um nome fantasia ao que poderíamos chamar de produto global, já que as quantidades que entram nessa contabilidade são aquelas que se referem às operações que caracterizam a própria globalização.”⁴⁵ Há também a falsa ilusão de “que a morte do Estado melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver.”⁴⁶

Isso tudo nos permite indagar como, nesse globalitarismo perverso, cujas qualidades que nos vendem constituem verdadeiras fábulas, exercitar nossa cidadania para alcançarmos a grande mutação contemporânea, ou seja, uma nova globalização.

4 O LUGAR: PONTO DE PARTIDA PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Nessa fábula globalitaria perversa, “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas

³⁹ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 41.

⁴⁰ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 19.

⁴¹ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 19..

⁴² SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 42.

⁴³ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 42.

⁴⁴ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 77.

⁴⁵ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 77.

⁴⁶ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 77.

particulares.”⁴⁷ O global e o local se interpenetram, o global investe no local e o local impregna o global.⁴⁸ Criou-se até um vocábulo para expressar esse fenômeno: “glocal”.⁴⁹

O mundo, [...], é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir uma produtividade maior a uma dada produção. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos. O lugar oferece ao movimento a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma.⁵⁰

Em tais condições, o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo, mas o mundo não tem como regular os lugares. Assim, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma possibilidade distante condicionada pelas realidades nacionais.⁵¹ O cidadão só o é (ou não) como cidadão de um país.⁵²

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

[...] Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos prerrogativas e obrigações.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena.⁵³

Para a construção de uma sociedade detentora de uma cidadania plena⁵⁴, uma espécie de igualdade humana básica, associada com o conceito de participação

⁴⁷ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 112.

⁴⁸ VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 71.

⁴⁹ VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 71.

⁵⁰ SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 169.

⁵¹ Quanto a cidadania global, o pensamento de Milton Santos se assemelha muito ao de Bauman, para o qual “o conceito de “cidadania global” continua vazio, representando no máximo um postulado, mas na maioria dos contextos não muito mais que um desejo.” BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.172.

⁵² SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 113.

⁵³ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. p. 113-114.

⁵⁴ Adotamos a concepção clássica de cidadania proposta por Marshall, ou seja, a cidadania seria composta por direitos civis e políticos, sendo os primeiros correspondentes aos direitos de primeira geração, liberdade, igualdade, direito a vida, a segurança, etc. Já os direitos políticos, direitos sociais,

integral na comunidade, é necessário pensar globalmente e agir localmente. Pensar globalmente é compreender como o mundo se organiza, se transforma, como o capital age e como as grandes empresas se estruturam, bem como o papel que o Estado assume numa economia e numa sociedade cada vez mais mundializadas.⁵⁵ Pensando globalmente, o sujeito está munido de melhores condições de agir localmente. Mas para assim agir, primeiramente ele precisa compreender o lugar em que vive.

Compreender o lugar em que vive permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. “Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental, neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo.”⁵⁶

Afinal,

é no município que o homem nasce, vive e morre. Recebe os primeiros serviços da saúde, da educação. É no município que somos cidadãos, expressamos nossa cidadania, exercemos nossos direitos mais elementares e cumprimos nossos deveres mais essenciais. Chegou a hora, portanto, de mudar, começando a definir um novo Brasil a partir da célula básica, que é o município. Com mais recursos, com independência administrativa, alcançar-se-á uma democracia mais participativa, soluções mais rápidas e mais adequadas aos interesses dos cidadãos, e por certo haverá menos burocracia e mais controle direto sobre as ações administrativas do Poder Executivo e maior participação no Poder Legislativo.⁵⁷

O município é o local onde efetivamente se desenvolve a vida social, para com o qual há uma identidade, de onde decorrem vínculos mais estreitos e de maior afinidade. Como fruto desses liames, há uma capacidade maior de expressão, que se torna mais efetiva e substancial, ao mesmo tempo em que é mais cheia de significado.⁵⁸ O espaço local é o ambiente ágil por onde as informações melhor se propagam.⁵⁹

Historicamente, a Administração Pública firmou-se como único espaço legítimo de deliberação e execução do interesse público – a Administração Pública aqui compreendida engloba o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – afastando a sociedade. Ao lado disso, atualmente estamos presenciando o aumento das demandas sociais, cada vez mais multifacetadas, envolvendo grupos e interesses

econômicos ou de crédito, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política, etc. MARSHALL, Truman H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

⁵⁵ CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). Ensino de geografia: prática e textualizações no cotidiano. Porto alegre: Mediação, 2002. p. 131.

⁵⁶ CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). Ensino de geografia: prática e textualizações no cotidiano. Porto alegre: Mediação, 2002. p. 84.

⁵⁷ PERIUS, Vergílio Frederico. Cooperativismo e lei. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. p. 274.

⁵⁸ HERMANY, Ricardo. (Re)Distutindo o espaço local: uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; IPR, 2007. p. 250.

⁵⁹ ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 170.

dos mais diversos, em nome de uma pluralidade de elementos a eles relacionados, que as formas tradicionais estatais não atendem.⁶⁰

O lugar – leia-se município – , por estar mais próximo da sociedade favorece a captação dos problemas nas esferas privadas e sua transferência para o cenário público. O município é dotado de autonomia e de possibilidades para a construção de ações que sejam diferentes do projeto dos autores hegemônicos.⁶¹ É “o cotidiano imediato, localmente vivido, [...] garantia da comunicação”.⁶²

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Depois da nação-estado, o quê?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Países. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). *Ensino de geografia: prática e textualizações no cotidiano*. Porto alegre: Mediação, 2002.

HERMANY, Ricardo. *(Re)Distutindo o espaço local: uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; IPR, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, Rogério Gesta. *Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MARSHALL, Truman H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PERIUS, Vergílio Frederico. *Cooperativismo e lei*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁶⁰ LEAL, Rogério Gesta. Estado, Administração Pública e Sociedade: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 145.

⁶¹ SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP. p. 163.

⁶² SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP. p. 170.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Recebido em: 24 de maio de 2010

Aceito em: 12 de outubro de 2010